



PLUS

Fausto Macedo

Repórter

EM ALTA Operação Lava Jato Entrevistas Artigos Série 'Não Aceito Corrupção'



O Brasil precisa de investimentos ESG em infraestrutura

Incentivos para o desenvolvimento sustentável do setor são oportunidade para aportes de longo prazo, de olho na valorização dos títulos verdes



Em Brasília, esgoto forma rio de lama entre moradias. FOTO: DIDA SAMPAIO/ESTADÃO

Um dos maiores desafios do Brasil é o avanço dos investimentos em infraestrutura. A Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB) estima que os investimentos anuais para a próxima década em transportes e logística, energia elétrica, telecomunicações e saneamento girarão em torno de R\$ 285 bilhões (4,31% do PIB), enquanto os investimentos

realizados em 2019 somaram R\$ 124 bilhões (1,71% do PIB), sendo a maior fatia em energia elétrica (R\$ 51,4 bilhões) e a menor, em saneamento (R\$ 14,4 bilhões), uma das áreas em que mais precisamos avançar no Brasil.

Isso porque, atualmente, apenas 54,1% da população brasileira possui acesso a rede de esgoto, cujos efluentes que passam por algum tipo de tratamento correspondem a 49%. Isso significa que o Brasil não trata metade do esgoto que gera e, com isso, joga na natureza o equivalente a 5,3 mil piscinas olímpicas de detritos sem tratamento diariamente. Segundo a OMS, cada 1,00 dólar investido em saneamento corresponde a 4,00 dólares de custos evitados em saúde. Essa falta de infraestrutura prejudica a competitividade da economia brasileira e o crescimento econômico, levando em conta a estreita relação do setor de saneamento com redução de pobreza, desigualdades e avanços ambientais. Por exemplo, 635.000 mulheres vivem no sertão e não fazem parte do grupo produtivo da economia, em decorrência da necessidade de cuidarem da família pelo excesso de doenças oriundas da falta de saneamento.

Infraestrutura sustentável é caracterizada por sua intencionalidade, em todas as fases do projeto, de assegurar sustentabilidade financeira, social, ambiental e institucional em todo seu ciclo de vida. Um estudo realizado no âmbito do Programa Brasileiro de Finanças Verdes, do UK-Brazil Prosperity Programme, demonstra que o ecossistema de investimentos em infraestrutura sustentável pode movimentar mais de R\$ 3,5 trilhões no Brasil até 2040.

Nesse sentido, os títulos verdes ou green bonds, que têm crescido vertiginosamente, podem beneficiar tanto à população, quanto aos investidores.

Títulos verdes são ações de dívida em que o uso dos recursos é direcionado para projetos sustentáveis, geralmente associados à redução de emissões de GEE (gases de efeito estufa). Em 2019, as emissões globais desses títulos atingiram

US\$ 266,9 bilhões, 56% acima do montante emitido em 2018. No período de 2014 a 2019, essas emissões cresceram 625%.

Em 2019, 51% das emissões de títulos verdes nos setores de transporte e energia elétrica estiveram voltadas à redução de GEE. O Ministério da Infraestrutura percebeu essa oportunidade e assinou, em 2019, um memorando de entendimento com a Climate Bonds Initiative, com o objetivo de qualificar os projetos de ferrovias para emissão de GB.

Quanto ao mercado acionário, cabe destacar que os investidores chamados sustentáveis, ou seja, aqueles que incluem considerações de aspectos ESG em suas decisões de investimentos, têm cerca de US\$ 31 trilhões de ativos sob gestão.

Um exemplo do crescimento desse mercado é a indústria de fundos ESG nos Estados Unidos: o número de fundos que passaram a considerar aspectos ESG saltou de 81 em 2018 para 564 em 2019; o patrimônio sob gestão passou de menos de US\$ 200 bilhões em 2018 para US\$ 933 bilhões no período. Em setembro de 2020, os fundos ESG atraíram quatro vezes mais recursos que em 2019, que já tinha sido um ano recorde.

Para que o Brasil consiga aproveitar a oportunidade de crescimento do interesse em sustentabilidade por parte do investidor doméstico e estrangeiro, é fundamental que haja o fortalecimento da agenda socioambiental no âmbito das políticas públicas e das práticas privadas, assim como o estabelecimento de condições que tornem possíveis o investimento de longo prazo.

Um eixo essencial dessas práticas é a igualdade de gênero, que deve ser incorporada na agenda ESG de forma contínua. Empresas abertas e organizações de grande porte já entenderam a importância do equilíbrio na liderança executiva e nos Conselhos de Administração, tanto em relação à

perspectiva da conquista de investidores, quanto à contribuição da mulher para o aumento da lucratividade. A igualdade de gênero traz ao ambiente corporativo um equilíbrio e olhar preciso para Governança, multiplicidade de soft skills, tais como iniciativa, capacidade de aprendizagem rápida, habilidade de inspirar, de se comunicar e de valorizar a diversidade.

Considerações ESG são particularmente relevantes para ativos de infraestrutura, devido à sua natureza de longo prazo. Esses ativos, então, precisam ser resilientes às macrotendências de sustentabilidade que observamos em relação ao aumento de expectativas de clientes, exigências da sociedade civil e regulamentação do governo em relação a questões socioambientais. Essas considerações também podem incluir desenvolvimentos econômicos, mudanças demográficas, impactos das mudanças climáticas e relações com as comunidades locais.

Hoje, nosso país possui um grande diferencial em termos de produção sustentável que é sua matriz energética com altos índices de uso de fontes renováveis. Em 2019, 83% da eletricidade foi gerada por fontes renováveis, sendo 64% advindas de hidroelétricas e 19% de fontes eólicas, solares e de biomassa. Além disso, 49% do consumo de combustíveis em automóveis foram de etanol e biodiesel. Focar nessa agenda nas fontes renováveis não apenas contribui para o desenvolvimento e segurança energética, mas também gera emprego e reduz custos com a saúde.

Além disso, há uma tendência cada vez maior de restrições internacionais a produtos com altas emissões de GEE e uma maior competição por novos mercados pautados em produtos de baixa emissão. Ter uma matriz cada vez mais limpa significa transformar o diferencial natural do Brasil em diferencial competitivo no cenário internacional, rumo ao cumprimento da NDC Brasileira no âmbito do Acordo de Paris.

Portanto, ao desenhar, construir e gerenciar infraestrutura para que ela melhor sirva a população e de forma a respeitar o meio ambiente, esses projetos contam não só com uma maior gama de investidores alinhados com a geração de valor a longo prazo, mas também abrem espaço para um relacionamento de caráter menos transacional e mais de parceria – gerando uma situação ganha-ganha para governo, investidor, sociedade e ambiente.

***Annelise Vendramini, Carlos Nobre, Clarisse Simonek, Felipe Bittencourt, Marisa Cesar e Viviane Torinelli, membros do 1.º Comitê Científico de Pesquisa e Inovação em Finanças Verdes do Brasil, com coautoria de Nathalia Pereira e Laura Albuquerque**

Tudo o que sabemos sobre:

[Artigo](#)

[infraestrutura](#)